



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº , DE 2023.
(Do Senhor Deputado Felipe Francischini)

Requer a convocação do Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, para esclarecer a declaração feita recentemente, acerca da existência de uma “caixa preta” nas renúncias fiscais concedidas pelo Governo Federal na ordem de 600 bilhões.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50, *caput*, e 58, § 2º, III, ambos da Constituição Federal, e na forma dos arts. 24, IV, e 219, I e § 1º, do Regimento Interno que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja feita a convocação do Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, para esclarecer a declaração feita recentemente, acerca da existência de uma “caixa preta” nas renúncias fiscais concedidas pelo Governo Federal na ordem de 600 bilhões.

JUSTIFICAÇÃO

Em postagens recentes nas suas redes sociais, o Exmo. Ministro Fernando Haddad tem levantado a necessidade de promover uma boa parte das renúncias fiscais concedidas pelo governo federal até o presente momento.

No entanto, quando o próprio ministro da Fazenda diz haver uma “caixa preta” nestes benefícios, presume-se que há segredos envolvidos nestas concessões, ou ainda, que elas podem estar causando prejuízos bilionários a todo o sistema econômico do país.

Segue abaixo, o noticiado na imprensa:





CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

O ministro da **Fazenda, Fernando Haddad**, antecipou ao **Estadão** que quer abrir o que ele chama de “caixa-preta” das **renúncias tributárias**, o volume de recursos que o governo abre mão de arrecadar e que produz um buraco de R\$ 600 bilhões no **Orçamento**.

Segundo ele, o Ministério da Fazenda prepara com a **Controladoria Geral da União (CGU)** a divulgação da lista de “CNPJ por CNPJ” das empresas que hoje são beneficiadas por renúncias e subsídios, chamados de “**gastos tributários**”.

Uma medida cobrada há muitos anos por setores da sociedade civil, mas que nunca saiu do papel com a alegação de que se trata de sigilo fiscal. Haddad diz que esse não é seu entendimento, nem do comando atual da Receita Federal.

Para ele, essa caixa-preta é a “maior da história”, muito mais alta do que o orçamento secreto, mecanismo revelado pelo Estadão de distribuição de verbas a parlamentares sem critério e transparência em troca de apoio político. “Só estamos pagando R\$ 700 bilhões de juros porque estamos pagando R\$ 600 bilhões de renúncia. É simples assim.”

A meta de Haddad é cortar um quarto dos privilégios – **R\$ 150 bilhões** –, chamados por ele de “jabutis tributários”. Ele quer acabar com distorções e fechar brechas que levam as empresas a pagar menos impostos – como abater do imposto incentivos do ICMS concedidos por Estados.

Fonte: <https://www.estadao.com.br/economia/queremos-abrir-beneficios-tributarios-cnpj-por-cnpj-diz-fernando-haddad/>

Logo, é necessário que o Ministro venha a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre tais declarações e sobre os benefícios concedidos pelo governo federal desde o primeiro mandato do Presidente Lula.

Por essas razões, aguardo o deferimento da proposição em tela, salientando que as informações ora requeridas são fundamentais para o futuro dos trabalhos dos parlamentares desta Casa de Leis.

Sala das comissões, em _____ de abril de 2023.

Deputado Felipe Francischini

União Brasil - PR

